



O Papel das ONGs na Promoção da Educação em Direitos Humanos e na Valorização das Culturas Afro-Moçambicanas no Município de Chimoio

Hilário Alfredo Vilanculos¹
Viriato Caetano Dias²

Resumo: Este estudo investiga a atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) na promoção da educação em direitos humanos e na valorização das culturas afro-moçambicanas no Município de Chimoio, Moçambique. A pesquisa, de caráter qualitativo e com base em análise documental, explora como diferentes ONGs — como LeMuSiCa, EMEN, ADPP Moçambique, Save the Children Moçambique, Gonazololo e Projecto Cidadão — desenvolvem programas educacionais e culturais voltados à inclusão social, fortalecimento da identidade local e promoção da cidadania. Essas organizações desempenham um papel relevante na defesa da igualdade de gênero, proteção dos direitos da criança, capacitação de jovens e promoção da diversidade cultural. O estudo também destaca o uso da diplomacia cultural como estratégia para reforçar a identidade nacional, fomentar a reconciliação social e posicionar Moçambique no cenário internacional. Apesar dos progressos alcançados, o trabalho aponta limitações significativas, como a forte dependência de recursos financeiros externos, que pode comprometer a sustentabilidade das ações. Diante disso, reforça-se a necessidade de políticas públicas integradas, da criação de redes colaborativas entre atores locais e internacionais e do uso de metodologias participativas para ampliar os impactos e assegurar a continuidade das iniciativas. O estudo contribui para o debate sobre o papel das ONGs na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e culturalmente valorizada.

Palavras-chave: ONGs. Educação em Direitos Humanos. Culturas Afro-Moçambicanas. Chimoio. Moçambique.

The Role of NGOs in Promoting Human Rights Education and Valuing Afro-Mozambican Cultures in the Municipality of Chimoio

Abstract: This study investigates the role of Non-Governmental Organizations (NGOs) in promoting human rights education and valuing Afro-Mozambican cultures in the Municipality of Chimoio, Mozambique. Using a qualitative approach and documentary analysis, the research explores how various NGOs — such as LeMuSiCa,

¹H. A. Vilanculos <https://lattes.cnpq.br/1088149194691382>. Universalidade Católica de Moçambique, email: hilavilas@gmail.com, Chimoio, Manica, Moçambique.

²V, C. Dias² (<https://orcid.org/0009-0006-7791-9770>). Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), viriatocaetanodias@gmail.com, Maputo, Maputo, Moçambique,

EMEN, ADPP Mozambique, Save the Children Mozambique, Gonazololo, and Projecto Cidadão — develop educational and cultural programs aimed at social inclusion, strengthening local identity, and promoting citizenship. These organizations play a significant role in advancing gender equality, protecting children's rights, empowering youth, and fostering cultural diversity. The study also highlights the use of cultural diplomacy as a strategy to reinforce national identity, promote social reconciliation, and position Mozambique on the international stage. Despite the progress made, the research points out major limitations, such as a strong dependence on external financial resources, which may compromise the sustainability of these actions. In light of this, the study emphasizes the need for integrated public policies, the creation of collaborative networks between local and international actors, and the use of participatory methodologies to enhance impact and ensure continuity of the initiatives. The study contributes to the debate on the role of NGOs in building a more just, inclusive, and culturally valued society.

Keywords: NGOs; Human Rights Education; Afro-Mozambican Cultures; Chimoio; Mozambique.

INTRODUÇÃO

A educação em direitos humanos desempenha um papel crucial na construção de sociedades mais justas e inclusivas. Em Moçambique, as ONGs têm sido actores fundamentais na promoção desse tipo de educação, especialmente no Município de Chimoio, onde as dinâmicas sociais e culturais reflectem uma complexa interação entre identidades étnicas e históricas. O presente estudo, intitulado "O Papel das ONGs na Promoção da Educação em Direitos Humanos e na Valorização das Culturas Afro-Moçambicanas no Município de Chimoio", busca compreender como essas organizações contribuem para promoção da educação em direitos humanos e na valorização das culturas afro-moçambicanas no Município de Chimoio.

A promoção dos direitos humanos por meio da educação é uma estratégia amplamente reconhecida para o combate à discriminação e para o fortalecimento da cidadania. No Município de Chimoio, a presença de comunidades afro-moçambicanas e suas práticas culturais destacam a necessidade de políticas educacionais inclusivas que garantam a preservação da identidade cultural e o respeito à diversidade. As ONGs têm desenvolvido diversas iniciativas que visam suprir lacunas deixadas pelo Estado, promovendo programas educacionais, culturais e de consciencialização social.

O estudo compreendido entre (2019-2023) se justifica pela necessidade de compreender a interação entre educação, cultura e direitos humanos em um contexto de pluralidade étnica. Em Moçambique, as comunidades afro-moçambicanas frequentemente enfrentam desafios relacionados à marginalização e à desvalorização de suas expressões culturais. A investigação do papel das ONGs nesse cenário permite avaliar suas contribuições para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva, dentro do marco dos direitos humanos.

A questão central deste estudo insere-se na percepção de como as ONGs atuam na promoção da educação em direitos humanos e na valorização das culturas afro-moçambicanas no Município de Chimoio. Especificamente, busca-se: Identificar as principais iniciativas das ONGs voltadas à educação em direitos humanos e à valorização cultural; Examinar o impacto dessas acções na população local; Aferir os desafios e oportunidades enfrentados pelas ONGs na implementação dessas iniciativas; Propor sugestões para o aprimoramento das estratégias utilizadas por essas organizações.

Quanto à metodologia, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de carácter descritivo e exploratório, por permitir compreender em profundidade a atuação das ONGs na promoção da educação em direitos humanos e na valorização das culturas afro-moçambicanas no Município de Chimoio. A pesquisa baseia-se em análise documental, cujas etapas e procedimentos serão detalhados no capítulo específico de Metodologia.

Este artigo está estruturado em quatro partes principais: além desta introdução, apresenta-se a Metodologia, que descreverá os procedimentos e a abordagem adotados na pesquisa; em seguida, a seção de Resultados e Discussões, onde serão analisados os dados e as principais contribuições das ONGs no contexto estudado; e, por fim, as Considerações Finais, que sintetizam os resultados obtidos, destacam as limitações do estudo e propõem caminhos para futuras investigações.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, escolhida por sua pertinência em explorar e interpretar de forma aprofundada o papel das Organizações Não Governamentais



(ONGs) na promoção da educação em direitos humanos e na valorização das culturas afro-moçambicanas no Município de Chimoio. Essa abordagem permite compreender não apenas as ações concretas dessas organizações, mas também os significados e impactos sociais que produzem nas comunidades locais.

Trata-se de um estudo de caráter descritivo e exploratório. É descritivo, por detalhar as práticas e iniciativas das ONGs voltadas à educação em direitos humanos e à valorização cultural; e exploratório, por buscar ampliar o conhecimento sobre um fenômeno ainda pouco documentado na literatura moçambicana, contribuindo para a reflexão sobre a atuação da sociedade civil na promoção da cidadania e da inclusão social.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise documental, envolvendo o exame de relatórios institucionais, planos de ação, materiais de divulgação, publicações acadêmicas e documentos governamentais relacionados à educação, cultura e direitos humanos. Essa técnica possibilitou reunir informações relevantes sobre as práticas das ONGs, suas estratégias de intervenção e os resultados alcançados no contexto de Chimoio.

O tratamento das informações baseou-se na organização e interpretação crítica dos dados, de modo a identificar as principais tendências, desafios e contribuições das ONGs para o fortalecimento da educação em direitos humanos e da valorização das culturas afro-moçambicanas. A análise buscou estabelecer conexões entre as ações desenvolvidas e os objetivos propostos, destacando a coerência e a relevância social das práticas observadas.

No que diz respeito aos aspectos éticos, a pesquisa assegurou o respeito à integridade das fontes utilizadas, à confidencialidade das informações e à citação adequada de todos os materiais consultados, em conformidade com as normas da ABNT. Foi preservado o princípio da responsabilidade acadêmica, garantindo que a interpretação dos dados se mantivesse fiel ao conteúdo original e às evidências documentais analisadas.

Dessa forma, a metodologia adotada permitiu compreender, de maneira ampla e fundamentada, o papel das ONGs na promoção da educação em direitos humanos e na valorização cultural no Município de Chimoio, constituindo a base empírica e analítica das discussões apresentadas nas seções seguintes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Iniciativas das ONGs voltadas à educação em direitos humanos e à valorização cultural

A Educação em Direitos Humanos (EDH) é um processo sistemático e contínuo que visa a promoção dos valores de dignidade, igualdade e respeito entre os indivíduos, sendo considerada essencial para a construção de uma cultura democrática e inclusiva. A atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) nesse campo tem sido fundamental para fortalecer práticas de ensino que priorizam os direitos humanos, especialmente em contextos historicamente marcados por desigualdades sociais e exclusão.

A EDH fundamenta-se nos princípios da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos. Ela busca articular conhecimentos teóricos, atitudes e práticas sociais que expressem uma cultura de respeito aos direitos fundamentais (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2018). Além disso, a EDH é concebida como um direito em si mesma e um meio para a concretização de outros direitos, devendo ser promovida em todos os níveis educacionais, formais e não formais (PNEDH, 2018).

Em Moçambique, a incorporação da EDH nas políticas educacionais ainda enfrenta desafios significativos. Matias e Lima (2021) apontam que, embora a legislação reconheça a importância dos direitos humanos, os conteúdos curriculares das políticas públicas de educação



de jovens e adultos (EJA) não incluem, de maneira estruturada, a formação cidadã voltada para os direitos humanos. A abordagem predominante tem sido a de preparar cidadãos para o mercado de trabalho, deixando em segundo plano a formação para a cidadania activa (Matias & Lima, 2021).

As ONGs desempenham um papel crucial na promoção da EDH ao complementar as ações do Estado, desenvolvendo iniciativas que visam a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos. Segundo o PNEDH, a educação em direitos humanos deve integrar tanto o ensino formal quanto iniciativas não formais promovidas por organizações da sociedade civil, permitindo que grupos historicamente marginalizados tenham acesso a conhecimento sobre seus direitos e mecanismos de proteção. (PNEDH, 2018).

No contexto moçambicano, a actuação das ONGs tem sido vital para preencher as lacunas deixadas pelas políticas públicas. Organizações como a Liga Moçambicana dos Direitos Humanos e o Centro de Integridade Pública têm desenvolvido programas voltados à educação e conscientização dos cidadãos sobre seus direitos, especialmente em comunidades vulneráveis. Matias e Lima (2021) apontam que, embora haja esforços nesse sentido, ainda há um longo caminho para que essas ações sejam incorporadas de forma sistêmica na formulação das políticas educacionais.

Autores como Freire (1999) destacam que a educação deve ser um processo emancipador, permitindo que os indivíduos compreendam e transformem a realidade em que vivem. Essa perspectiva dialoga diretamente com as iniciativas das ONGs, que buscam não apenas transmitir conhecimentos sobre direitos humanos, mas também capacitar comunidades para reivindicá-los. O PNEDH reforça essa visão ao enfatizar que a educação em direitos humanos deve estimular a participação efetiva dos cidadãos em uma sociedade livre e democrática.

Além disso, Bila (2008) argumenta que, em Moçambique, há uma necessidade urgente de maior compromisso do Estado com políticas públicas que assegurem o respeito à dignidade humana e promovam uma educação voltada para os direitos humanos. Essa análise reforça a importância do trabalho das ONGs como agentes de pressão e advocacia para que o Estado cumpra seu papel na efetivação da EDH.

Deste modo, a Educação em Direitos Humanos é um elemento essencial para o fortalecimento da cidadania e da democracia. No entanto, sua implementação enfrenta desafios, especialmente em países como Moçambique, onde há um descompasso entre as directrizes legais e a prática educacional. As ONGs têm desempenhado um papel indispensável nesse cenário, promovendo ações educativas que visam conscientizar a população sobre seus direitos. Para que a EDH seja efetiva, é necessário um esforço conjunto entre Estado, sociedade civil e comunidade académica, garantindo que os princípios de igualdade, justiça e dignidade sejam incorporados de maneira transversal nas políticas educacionais.

A cidade de Chimoio, capital da província de Manica, destaca-se pela presença de diversas organizações não governamentais (ONGs) que atuam nas áreas de educação e direitos humanos. Estas organizações desempenham um papel crucial no desenvolvimento comunitário, implementando projectos que visam melhorar a qualidade de vida da população local.

Entre as ONGs que operam em Chimoio, destacam-se:

LeMuSiCa (Levante-se Mulher e Siga o seu Caminho): Focada na promoção dos direitos das mulheres e crianças, a LeMuSiCa combate a violência de gênero e promove a igualdade de direitos humanos. Suas atividades incluem sensibilização comunitária e apoio psicossocial às vítimas de violência.

Educar uma Menina é Educar uma Nação (EMEN): Este projeto visa melhorar o bem-estar de meninas menores de 18 anos, lutando contra a violência baseada no gênero e promovendo a educação feminina como ferramenta de transformação social.



ADPP Moçambique (Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo): Embora atue em várias províncias, a ADPP desenvolve projetos em Chimoio, como a formação de professores e a promoção da igualdade de gênero nas Escolas de Professores do Futuro (EPFs). Estudantes são capacitados para promover palestras sobre igualdade de gênero, fim da violência doméstica e direitos humanos nas escolas primárias.

Save the Children Moçambique: Presente no país desde 1950, esta ONG internacional trabalha em parceria com comunidades locais para promover os direitos das crianças, incluindo o acesso à educação de qualidade e proteção contra abusos. Em Chimoio, a Save the Children implementa programas voltados para o bem-estar infantil e desenvolvimento educacional.

Organização Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário (Gonazololo): Atua no empoderamento juvenil através de programas educativos e de capacitação, visando promover a participação ativa dos jovens na sociedade e o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Projecto Cidadão - APC Moçambique: Com o objectivo de promover a cidadania, o desenvolvimento social e a evangelização, a APC Moçambique atua em diversas áreas, incluindo educação e saúde, implementando projetos que visam o fortalecimento comunitário.

Principais iniciativas e projectos desenvolvidos

As ONGs em Chimoio têm implementado uma variedade de projetos e iniciativas, tais como:

Promoção da Igualdade de Gênero e Combate à Violência: A LeMuSiCa realiza campanhas de sensibilização comunitária e oferece apoio psicossocial a vítimas de violência doméstica, visando promover a igualdade de direitos e combater a violência de gênero.

Empoderamento Feminino através da Educação: O projecto EMEN foca na educação de meninas menores de 18 anos, combatendo a violência baseada no gênero e promovendo a escolarização como meio de transformação social.

Formação de Professores e Promoção dos Direitos Humanos: A ADPP Moçambique, por meio das EPFs, capacita estudantes para promoverem palestras sobre igualdade de gênero, direitos humanos e combate à violência doméstica nas escolas primárias de Chimoio.

Protecção e Educação Infantil: A Save the Children implementa programas que visam garantir o acesso das crianças a uma educação de qualidade e protegê-las contra abusos, trabalhando em estreita colaboração com as comunidades locais.

Desenvolvimento Comunitário e Empoderamento Juvenil: A Organização Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário (Gonazololo) desenvolve programas educativos e de capacitação para jovens, promovendo sua participação ativa na sociedade e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Promoção da Cidadania e Desenvolvimento Social: O Projecto Cidadão, da APC Moçambique, actua em áreas como educação e saúde, implementando iniciativas que visam fortalecer a cidadania e promover o desenvolvimento social nas comunidades de Chimoio.

As organizações não governamentais (ONGs) desempenham um papel fundamental no desenvolvimento comunitário e na promoção dos direitos humanos em Moçambique. Através de programas educativos e culturais, essas organizações contribuem para a valorização das culturas afro-moçambicanas e para a capacitação de lideranças comunitárias. No entanto, os impactos e desafios dessa actuação são temas de debate acadêmico, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade e à efectividade dessas iniciativas (Novela, 2015).



As práticas educativas e culturais das ONGs

A educação como instrumento de transformação social é uma premissa central nas ações das ONGs em Moçambique. Segundo Lima (2021), as ONGs têm assumido um papel essencial na educação comunitária, promovendo práticas pedagógicas voltadas para a inclusão e a valorização da cultura local. Essa visão é compartilhada por Domingos (2015), que destaca a necessidade de parcerias entre Estado e sociedade civil para o fortalecimento das iniciativas educativas e culturais.

De acordo com Novela (2015), os programas implementados têm contribuído significativamente para a revitalização das culturas afro-moçambicanas, promovendo actividades que resgatam histórias, práticas artísticas e linguísticas locais. No entanto, o autor alerta para o risco de que tais iniciativas se tornem fragmentadas sem um suporte institucional duradouro.

A capacitação de lideranças comunitárias é uma das frentes de actuação das ONGs em Moçambique, particularmente na disseminação dos direitos humanos. Segundo Domingos (2015), os programas de formação são essenciais para empoderar comunidades marginalizadas, permitindo-lhes maior participação política e social.

Para Lima (2021), a educação em direitos humanos precisa estar alinhada às realidades culturais e históricas locais, evitando modelos importados que nem sempre correspondem às necessidades da população. Nesse sentido, Novela (2015) sugere que uma abordagem participativa, baseada no diálogo com as comunidades, é fundamental para a eficácia desses programas.

Políticas e Iniciativas Voltadas para a Valorização das Culturas Afro-moçambicanas

Desde a independência, Moçambique tem implementado diversas políticas e iniciativas para valorizar e fortalecer as culturas afro-moçambicanas. No campo da educação, foram desenvolvidos programas para incluir a história e cultura africana nos currículos escolares, promovendo o reconhecimento das contribuições dos diferentes grupos étnicos do país. O Ministério da Educação tem trabalhado na revisão dos manuais escolares para garantir uma abordagem mais inclusiva e contextualizada da história moçambicana.

Além disso, iniciativas culturais têm desempenhado um papel fundamental na promoção da identidade nacional e no combate ao racismo estrutural. Projetos como o Festival Nacional da Cultura, o incentivo à produção literária e artística afro-moçambicana e o fortalecimento das indústrias culturais e criativas são exemplos de esforços para celebrar e preservar as expressões culturais do país. Organizações da sociedade civil também desempenham um papel crucial na defesa dos direitos das comunidades marginalizadas e na promoção de uma educação antirracista.

No âmbito legal, Moçambique ratificou diversos tratados internacionais de direitos humanos e implementou políticas nacionais para combater o racismo e promover a igualdade. A Constituição do país reconhece a diversidade cultural como um patrimônio nacional e garante a igualdade de direitos a todos os cidadãos, independentemente da origem étnica. No entanto, desafios persistem na efetivação dessas políticas, sendo necessário um esforço contínuo para transformar as leis e diretrizes em práticas concretas que promovam a justiça social e a equidade racial.

Dessa forma, a valorização das culturas afro-moçambicanas e a promoção de políticas antirracistas são elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva em Moçambique. A continuidade das reformas educacionais, o fortalecimento das indústrias



culturais e a implementação de medidas concretas de combate ao racismo são fundamentais para avançar nesse sentido.

A Descentralização da governação e a participação das ONGs

A descentralização em Moçambique tem sido objeto de amplos debates académicos, com diversos autores analisando suas dinâmicas, desafios e impactos na construção do Estado. Weimer et al. (2012) destacam que o processo de descentralização no país é influenciado por acordos políticos que visam equilibrar o poder entre diferentes atores, resultando em uma implementação cautelosa para evitar rivalidades políticas.

Fernandes (2007) alerta para os riscos do pluralismo administrativo decorrente da descentralização, argumentando que a coexistência de múltiplos atores políticos locais pode fragmentar a unidade do Estado e comprometer a soberania nacional. Essa perspectiva é complementada por Forquilha (2009), que observa que a articulação entre órgãos locais do Estado e autoridades comunitárias, embora promovida sob o discurso da descentralização, pode, na prática, refletir uma luta por espaços políticos no nível local.

Bussotti e Baloi (2024) analisam o processo de descentralização em Moçambique, destacando os avanços e recuos desde 1994 até a aprovação do último pacote legislativo em 2018. Eles argumentam que a estratégia da FRELIMO visava limitar a concessão de espaços políticos à oposição, especialmente à RENAMO, que, por sua vez, passou a ver a descentralização como uma oportunidade para conquistar espaços significativos na gestão do poder local.

Bilério (2019) enfatiza a necessidade de clareza sobre o tipo de Estado que se pretende construir em *Moçambique*, argumentando que a falta dessa definição resulta em um processo de descentralização ambíguo e conflituoso. Ele observa que as alterações legislativas frequentemente buscam acomodar interesses das principais forças políticas, sem uma visão clara do modelo estatal desejado.

Essas análises convergem para a compreensão de que a descentralização em Moçambique é um processo complexo, permeado por interesses políticos e desafios institucionais. A implementação eficaz da descentralização requer não apenas reformas legislativas, mas também uma reflexão profunda sobre a construção do Estado e a promoção de uma governança inclusiva que reflita as necessidades e aspirações das comunidades locais.

O processo de descentralização tem implicações directas no fortalecimento da governança local, em especial nos municípios. Em Moçambique, a descentralização se articula com o conceito de governança descentralizada, que envolve a capacitação das autoridades locais para uma gestão mais eficiente e participativa, e a promoção da transparência e da accountability (Bussotti e Baloi, 2024). A descentralização não é apenas uma estratégia política, mas também uma oportunidade para as comunidades locais influenciarem diretamente as decisões que afetam seu cotidiano.

Nesse contexto, as ONGs desempenham um papel crucial. Elas atuam como facilitadoras do processo de descentralização, tanto no que diz respeito à capacitação das lideranças locais quanto na promoção da participação comunitária. Deste modo, as ONGs em Moçambique, como actores da sociedade civil, têm contribuído significativamente para o fortalecimento da governança descentralizada, especialmente nos municípios como Chimoio, onde sua presença tem sido mais visível na promoção de programas de educação e capacitação em direitos humanos, transparência e participação cidadão.

As ONGs, ao interagir com as estruturas locais de governo, têm se tornado mediadoras entre o Estado e as comunidades, criando um ambiente mais inclusivo e acessível para o diálogo



e para a implementação de políticas públicas. Como destacado por Bilerio (2019), esse tipo de actuação contribui para a construção de uma cultura de governança mais democrática, onde a comunidade não é apenas receptora de políticas, mas também protagonista na sua criação e implementação.

Por outro lado, como apontado por Tsamba (2021), as ONGs também enfrentam desafios significativos na implementação de suas actividades no contexto de descentralização. Um dos principais obstáculos é a falta de recursos e a resistência de algumas autoridades locais em aceitar as propostas da sociedade civil, o que pode gerar tensões e dificultar o desenvolvimento de projectos mais eficazes. Contudo, apesar dessas dificuldades, as ONGs continuam a ser um pilar importante no fortalecimento da governança descentralizada, especialmente na medida em que promovem a inclusão social e a educação para o exercício pleno dos direitos humanos nas comunidades.

Portanto, a descentralização da governança em Moçambique tem sido um processo vital para o desenvolvimento local e a participação cidadã. As ONGs, ao interagir com este processo, desempenham um papel multifacetado: são formadoras de líderes comunitários, promotoras de educação em direitos humanos e facilitadoras da implementação de políticas públicas descentralizadas. Como afirmam Bilerio (2019) e Tsamba (2021), sua actuação tem sido crucial para garantir que as comunidades, especialmente nos municípios, tenham voz activa na construção de um futuro mais democrático e justo.

A diplomacia cultural

A diplomacia cultural é uma ferramenta estratégica nas relações internacionais que utiliza a cultura como um meio de promover os valores e princípios de um país, ao mesmo tempo em que favorece a construção de pontes de compreensão mútua entre nações. Como conceito, a diplomacia cultural vai além da promoção de bens culturais; ela envolve a utilização da cultura para fortalecer a imagem de um país no exterior, ao mesmo tempo que fomenta a cooperação internacional e o entendimento de direitos humanos (European Strategic Research Institute, 2023). Através desse conceito, é possível observar como a cultura pode ser usada para promover os direitos humanos, não apenas pela defesa da liberdade de expressão e dos direitos civis, mas também pela valorização das identidades culturais diversas e pela promoção da igualdade e do respeito mútuo.

No contexto de Moçambique, a diplomacia cultural ganha particular relevância, pois a construção de uma identidade nacional após o período colonial é um dos pilares centrais das políticas de Estado. A valorização das culturas afro-moçambicanas tem sido uma estratégia importante para afirmar a identidade do país no cenário internacional, ao mesmo tempo que promove uma inclusão social e racial dentro de suas fronteiras. Segundo Wasse (2011), a diplomacia cultural em Moçambique, durante o governo de Joaquim Chissano, foi crucial para a transição de uma economia socialista para uma economia de mercado, pois a promoção de valores culturais e da identidade nacional ajudou a integrar o país em um novo contexto internacional. A diplomacia cultural também serviu para promover a reconciliação interna, fundamental após a guerra civil, e para estabelecer Moçambique como um exemplo de pacificação e valorização cultural no continente africano.

Nesse cenário, as ONGs desempenham um papel fundamental na promoção da cultura e identidade afro-moçambicana, usando a diplomacia cultural como uma estratégia de inclusão social e educação em direitos humanos. As ONGs, como sugerido por Tsamba (2021), têm um impacto significativo na promoção da cultura local por meio de iniciativas que incluem desde a organização de eventos culturais até o apoio a projectos educativos que enfatizam a



importância da preservação e valorização das tradições afro-moçambicanas. O trabalho dessas organizações vai além da preservação cultural; elas se tornam importantes agentes de mudança social ao integrar a educação em direitos humanos, promovendo a dignidade humana, a igualdade racial e o reconhecimento das culturas locais dentro de uma perspectiva global.

Além disso, a actuação das ONGs, conforme apontado por Siteo (2017), tem sido central no desenvolvimento de estratégias de diplomacia cultural voltadas para a educação em direitos humanos. Siteo destaca a actuação das ONGs em Moçambique como fundamentais para criar plataformas de discussão e reflexão sobre o papel da cultura na promoção da paz e dos direitos humanos. Essas organizações têm utilizado a cultura para gerar espaços de diálogo sobre temas importantes, como igualdade de gênero, direitos das comunidades indígenas e acesso à educação. A prática de levar adiante essas discussões através de projectos culturais e educacionais também se reflecte no fortalecimento da identidade nacional, contribuindo para a aceitação e valorização das culturas locais, sem se submeter aos padrões de dominação cultural externa.

Nesse sentido, é possível perceber como a diplomacia cultural, aliada ao trabalho das ONGs, não só promove a preservação e valorização das culturas afro-moçambicanas, mas também é uma ferramenta estratégica na formação de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa com os direitos humanos. Como enfatiza Wasse (2011), a interação entre as políticas de promoção cultural e as acções das ONGs é essencial para fortalecer a identidade afro-moçambicana tanto internamente quanto em termos de projecção internacional. Essas acções contribuem para uma maior conscienciação e aceitação das diversidades culturais, promovendo um ambiente onde os direitos humanos são efectivamente respeitados e defendidos.

Relações étnico-raciais e políticas antirracistas em Moçambique

O colonialismo português em Moçambique deixou marcas profundas na estrutura social e educacional do país. Durante o período colonial, a administração portuguesa implementou um sistema educacional discriminatório, visando perpetuar a dominação colonial e marginalizar a população negra. A educação dos colonizados era caracterizada pela segregação e pela promoção de valores eurocêntricos, desvalorizando as culturas locais. Segundo Omar (2021), a partir de 1926, com a instauração do Estado Novo em Portugal, a educação do colonizado passou a ser oficialmente baseada na discriminação, preparando o indivíduo para servir ao governo colonial.

A estrutura educacional colonial dividia-se em ensino 'rudimentar' para os africanos e ensino 'oficial' para os europeus e assimilados. O ensino rudimentar tinha como objectivo fornecer conhecimentos básicos e inculcar valores portugueses, enquanto o ensino oficial visava preparar uma elite educada para servir aos interesses do Estado português. Bero e Lima (2021) destacam que o ensino rudimentar era menos ambicioso, buscando apenas equipar as populações locais com conhecimentos mínimos para empregabilidade e submissão ao poder colonial. Além disso, a língua portuguesa era imposta como língua de ensino, excluindo as línguas indígenas e afectando negativamente o desempenho escolar dos alunos moçambicanos.

A política de assimilação, consolidada pelo Estatuto do Indigenato (1929-1961), moldou o sistema escolar colonial, privilegiando a língua portuguesa e marginalizando as línguas bantu. De acordo com Souza (2021), essa política disponibilizou um modelo cultural e linguístico fundado na utilização do português e na menorização das línguas bantu, contribuindo para o privilégio da língua portuguesa no ensino em Moçambique ainda na actualidade.



Após a independência em 1975, Moçambique herdou uma sociedade estruturalmente desigual, onde as relações étnico-raciais ainda eram influenciadas por esse legado colonial. O sistema educacional precisou ser reformulado para reflectir a diversidade cultural do país e combater as desigualdades históricas. No entanto, desafios persistem, como a manutenção de desigualdades econômicas entre grupos étnicos e a sub-representação de narrativas africanas nos currículos escolares. Bero e Lima (2021) argumentam que, no período pós-independência, a educação serviu como instrumento de mobilização racial, visando unificar a população negra contra os resquícios do domínio colonial. A exclusão racial também se reflectia na estrutura curricular, os conteúdos educacionais enfatizavam a história e a cultura europeias, negligenciando ou desvalorizando os saberes tradicionais africanos. Esse modelo, além de reproduzir desigualdades, minava a identidade cultural das populações locais’

Impacto das iniciativas das ONGs voltadas à educação em direitos humanos e à valorização cultural

Os impactos positivos da atuação das ONGs em Chimoio são evidentes, sobretudo no fortalecimento do senso de identidade cultural e na melhoria da educação comunitária. As ações desenvolvidas contribuem para ampliar o acesso ao conhecimento, valorizar as culturas afro-moçambicanas e criar oportunidades de aprendizado para grupos historicamente marginalizados. Domingos (2015) observa que as iniciativas educativas têm desempenhado um papel importante na redução da exclusão social, promovendo a inclusão e estimulando práticas de cidadania ativa. Exemplos concretos incluem oficinas de música e dança tradicional promovidas pela LeMuSiCa, que reforçam a identidade cultural entre crianças e jovens; programas de alfabetização e formação comunitária desenvolvidos pela ADPP Moçambique, voltados a mulheres e adultos com histórico de exclusão educacional; e campanhas de sensibilização organizadas pela Save the Children, que articulam a proteção da criança à educação em direitos humanos. Essas iniciativas demonstram que, ao integrar educação formal e práticas culturais, as ONGs criam um ambiente favorável ao empoderamento comunitário e ao fortalecimento de vínculos sociais.

Desafios e oportunidades enfrentados pelas ONGs na implementação das iniciativas voltadas à educação em direitos humanos e à valorização cultural

Apesar dos avanços apontados, persistem desafios significativos que limitam a continuidade e a abrangência das ações. Um dos principais entraves é a dependência de financiamento externo, que compromete a sustentabilidade dos projetos e torna as organizações vulneráveis a mudanças no cenário internacional (Novela, 2015). Soma-se a isso a dificuldade de assegurar a continuidade das iniciativas, muitas vezes interrompidas por falta de recursos ou por alterações nas prioridades dos financiadores. Outro obstáculo está na ausência de políticas públicas consistentes que garantam apoio institucional e articulação com as iniciativas comunitárias. Lima (2021) defende que a criação de redes colaborativas entre ONGs e instituições locais poderia gerar maior estabilidade e autonomia. Em Chimoio, por exemplo, projetos culturais como o Gonazololo, que promove o ensino de instrumentos tradicionais, enfrentam limitações devido à escassez de financiamento e à falta de espaços adequados para a realização de atividades. Da mesma forma, o Projecto Cidadão, voltado à participação democrática e à defesa dos direitos humanos, tem enfrentado dificuldades em expandir suas



ações por falta de recursos estáveis. Assim, embora a atuação das ONGs seja central na promoção dos direitos humanos e da valorização cultural, torna-se necessário superar esses desafios estruturais por meio de parcerias estratégicas, diversificação das fontes de financiamento e integração das ações às políticas públicas voltadas à inclusão social e ao desenvolvimento comunitário.

Portanto, as iniciativas desenvolvidas pelas ONGs em Chimoio revelam-se fundamentais na promoção da educação em direitos humanos e na valorização das culturas afro-moçambicanas. Ao integrar práticas educativas e culturais, essas organizações têm contribuído para fortalecer a identidade comunitária, reduzir a exclusão social e ampliar o acesso ao conhecimento, especialmente entre grupos historicamente marginalizados. Projetos de formação comunitária, oficinas culturais e campanhas de sensibilização demonstram a capacidade das ONGs de articular inclusão social, empoderamento e cidadania ativa.

Contudo, a efetividade e a sustentabilidade dessas ações enfrentam desafios significativos. A dependência de financiamento externo, a fragilidade de políticas públicas de apoio e a dificuldade de articulação com instituições locais limitam a continuidade e o alcance das iniciativas. Essas limitações evidenciam a necessidade de um maior investimento em estratégias de sustentabilidade, como a diversificação das fontes de recursos, a criação de redes colaborativas entre ONGs e parceiros institucionais, e a integração das ações às políticas públicas de educação e cultura.

Assim, conclui-se que a atuação das ONGs é decisiva para o fortalecimento dos direitos humanos e para o desenvolvimento comunitário em Moçambique, mas sua consolidação depende de esforços conjuntos entre sociedade civil, Estado e parceiros internacionais. Somente com parcerias estratégicas, políticas inclusivas e apoio institucional será possível garantir que os avanços já conquistados se mantenham e se transformem em processos duradouros de emancipação social e valorização cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o papel das ONGs na promoção da educação em direitos humanos e na valorização das culturas afro-moçambicanas no Município de Chimoio, evidenciando sua relevância para a inclusão social e o fortalecimento das identidades culturais locais. As iniciativas dessas organizações demonstram que a educação e a cultura são instrumentos essenciais para a redução das desigualdades e a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

Os resultados indicam que, apesar dos impactos positivos dessas ações, desafios persistem, sobretudo em relação à dependência de financiamento externo e à sustentabilidade dos projectos. Assim, torna-se fundamental o fortalecimento de políticas públicas integradas, redes colaborativas e metodologias participativas, garantindo a continuidade e o aprofundamento dessas iniciativas.

A análise das práticas educativas e culturais das ONGs em Moçambique evidencia seu papel essencial na promoção dos direitos humanos e no fortalecimento das comunidades locais. Essas organizações contribuem significativamente para a mitigação das desigualdades sociais, promovendo uma educação inclusiva e valorizando a cultura afro-moçambicana.

A literatura revisada sugere que a eficácia dessas iniciativas está atrelada à adoção de estratégias sustentáveis, incluindo a formação contínua de lideranças comunitárias. Dessa forma, a educação em direitos humanos pode consolidar-se como uma ferramenta essencial para a emancipação do cidadão e o desenvolvimento comunitário em Moçambique.



Para fortalecer a educação em direitos humanos e a valorização cultural em Chimoio, sugere-se:

Criação de políticas públicas integradas, envolvendo ONGs, governo e comunidades locais, para garantir maior continuidade e impacto das iniciativas.

Fomento a redes colaborativas entre ONGs, universidades e sectores privados, promovendo o compartilhamento de recursos e conhecimento.

Adopção de metodologias participativas na elaboração e implementação dos programas educativos, assegurando que atendam às necessidades das comunidades locais.

Capacitação contínua das lideranças comunitárias, permitindo que os próprios membros das comunidades actuem como agentes de transformação social.

Diversificação das fontes de financiamento, explorando alternativas como parcerias internacionais, investimentos privados e incentivos fiscais para ampliar a sustentabilidade dos projectos.

Diante das lacunas identificadas, futuras pesquisas podem aprofundar:

O impacto de longo prazo dos programas das ONGs na educação comunitária e na transformação social.

A eficácia dos diferentes modelos de financiamento das ONGs, identificando estratégias mais sustentáveis para garantir a continuidade dos projectos.

As relações entre ONGs e o governo na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à educação em direitos humanos.

A influência das práticas culturais promovidas pelas ONGs na identidade e na coesão social das comunidades afro-moçambicanas.

A actuação das ONGs em Moçambique deve ser compreendida como um processo dinâmico e contínuo, que exige inovação, planeamento estratégico e a participação de múltiplos actores sociais. Somente por meio da integração de esforços será possível garantir impactos duradouros e significativos na educação e na promoção dos direitos humanos no país.

REFERENCIAS:

BILA, A. **Direitos Humanos e Cidadania em Moçambique: desafios e perspectivas**. Maputo: Centro de Estudos Sociais, 2008.

BERO, Sontina Benjamim; LIMA, Agostinho Viana. Educar para separar e educar para unificar: a tônica racial dos propósitos de educação no Moçambique Colonial (1930-1974) e Pós-independente (1974-1985). **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 5, n. 5, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BILÉRIO, Bernardino Essau. Descentralização e construção do Estado em Moçambique. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 2, n. 4, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac>. Acesso em: 27 de Mar. 2025.

BUSSOTTI, Luca; BALOI, Jochua Abrão. O processo da descentralização em Moçambique: entre avanços e recuos. **Análise Social**, v. 59, n. 252, 2024. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial>. Acesso em: 13 de mar. 2025

DOMINGOS, Alberto Bive. *Educação e Desenvolvimento Comunitário em Moçambique*. Maputo: Editora Acadêmica, 2015.



FERNANDES, Tiago Matos. Descentralizar é fragmentar? Riscos do pluralismo administrativo para a unidade do Estado em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 77, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/795>. Acesso em: 12 de Mar. 2025

FORQUILHA, Salvador Cadete. O paradoxo da articulação dos órgãos locais do Estado com as autoridades comunitárias em Moçambique: do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 16/17, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/187>. Acesso em: 31 de Mar. 2025

LIMA, Cláudia Araújo de. **Políticas Públicas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos em Moçambique**. São Paulo: Editora Universitária, 2021.

MATIAS, F.; LIMA, C. A. Políticas públicas de alfabetização e educação de jovens e adultos e promoção dos direitos humanos em Moçambique. **Revista Ilustração**, v. 2, n. 1, p. 79-93, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v2i1.63>. Acesso em: 29. Mar. 2025.

NOVELA, Bento A. **Avaliação de Programas de Desenvolvimento Comunitário em Moçambique**. Maputo: Editora Científica, 2015.

OMAR, Denisse Kátia Soares. O caráter discriminatório da educação do colonizado em Moçambique entre 1926 e 1974. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 4, n. 3, p. 61-74, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/5055>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SITOE, Rufino. A diplomacia cultural e o papel das ONGs na promoção da educação e direitos humanos em Moçambique. **Revista Científica de Ciências Sociais**, v. 4, n. 2, p. 121-134, 2017. Disponível em: <https://www.repositorio.uem.mz/handle/258/5183>. Acesso em: 15 de Mar. 2025.

SOUZA, Sheila Perina de. Educação em Moçambique: a política do assimilado trilhando o caminho de privilégio da língua portuguesa no ensino. **Crítica Educativa**, v. 5, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/409>. Acesso em: 30 mar. 2025.

TSAMBA, Zeca Alfredo. **A cooperação internacional e o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas em Moçambique**. Tese de doutorado. Universidade Eduardo Mondlane. 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.uem.mz/bitstream/258/5427/1/Tsamba.pdf>. Acesso em: 15.03.2025.

WASSE, Hercínia Chena Azarias. **Diplomacia cultural durante o governo de Joaquim Chissano: O papel da cultura e identidade nacional**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Eduardo Mondlane, 2011. Disponível em: <https://www.repositorio.uem.mz/handle/258/471>. Acesso em: 15.03.2025.

WEIMER, Bernhard et al. A economia do *political settlement* em Moçambique: contexto e implicações da descentralização. In: **MOÇAMBIQUE: DESCENTRALIZAR O CENTRALISMO – ECONOMIA POLÍTICA, RECURSOS E RESULTADOS**. Maputo: IESE, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/69228661/>. Acesso em: 15.03.2025.



EUROPEAN STRATEGIC RESEARCH INSTITUTE. **Diplomacia Cultural: O que é, Importância e Como é Exercida**. 2023. Disponível em: <https://esri.net.br/diplomacia-cultural/>. Acesso em: 30.03.2025.

